



EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 16/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 16/2023

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA – TJRR** torna público para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, do tipo menor preço nas condições estabelecidas neste Edital, a serem regidas pelas **Lei n.º 14.133/2021**, , [Instrução Normativa SEGES n.º 73/2022](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 01/2023](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 03/2023](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo TJRR n.º SEI 0023580-36-2023.8.23.8000

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: 27/07/2023

HORÁRIO: 10h00min (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Código UASG: 925480

1.DO OBJETO

1.1. Contratação de Seguro total para veículos pertencentes a frota oficial do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, constantes do Anexo I, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa com a execução do objeto será custeada através do Programa de Trabalho 12.101.02.061.0003.2454 - Manutenção das Atividades de Apoio, da U.O. TJRR, elemento de despesa 3.3.90.39, Rubrica do Item 3.3.90.39.84.00.00.00 - Seguro de Bens Móveis e Imóveis.

2.1. O valor máximo desta licitação, corresponde ao montante de **R\$ 192.892,28 (Cento e noventa e dois mil, oitocentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos)**.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJRR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Não será admitida a participação de empresas:

- a)** cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b)** suspensas de participar de licitações ou impedidas de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada;
- c)** declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
- d)** proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98, ou nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- e)** com quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas nos arts. 9.º e 14 da Lei nº 14.133/21;
- f)** reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição;
- g)** em processo de falência;

h) estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.

3.3. O art. 15 da Lei 14.133/2021 prevê a possibilidade de participação em certames públicos de empresas reunidas em consórcios, salvo vedação devidamente justificada, considerando como discricionária a permissão de participação de empresas em consórcio, diversos autores, o E. STJ e entendimento do Tribunal de Contas da União, indicam que a participação de consórcios somente seria obrigatória nas licitações em que a **vultuosidade, a heterogeneidade e a inviabilidade de parcelamento material do objeto licitado tornem o universo de possíveis licitantes demasiadamente restrito**, logo, depreende-se não ser o caso da licitação em tela.

3.4. É defeso ao servidor público transacionar com o TJRR diretamente ou como representante, procurador ou intermediário na forma do art. 110, X, XIII e XIV da LC Estadual n.º 053/2001, ou de outra lei estadual ou municipal que proíba a participação na licitação de servidor que exerça gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, ou exerça o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Os interessados poderão impugnar as especificações técnicas, condições ou exigências previstas neste edital, por eventual violação à disposição legal, através de petição devidamente instruída, fundamentada e encaminhada ao Pregoeiro, por meio eletrônico - email: salc@tjrr.jus.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

4.2. Qualquer dúvida existente sobre os termos do edital poderá ser objeto de pedido de esclarecimento, por escrito, ao Pregoeiro em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, seguindo os mesmos trâmites do subitem anterior.

4.3. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação deverão conter, no mínimo:

a) o número desta licitação, CNPJ/CPF, razão social, endereço completo, nome completo do representante legal/funcionário ou interessado subscritor do pedido e o e-mail para resposta;

b) a exposição da dúvida para o correto entendimento das regras do edital, ou a indicação do item, cláusula ou condição do edital que pretenda questionar, devendo, neste caso, vir acompanhada das razões da impugnação.

4.4. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação.

4.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para ciência dos interessados.

5. DA PROPOSTA

5.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento dessa documentação.

5.2. A **licitante** deverá consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor ofertado para cada item, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.3. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.4. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

5.5. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.6. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.6.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** no cadastro dos dados da proposta no sistema compras.gov.br importa desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

5.7. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.8. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Cabe a **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. No horário previsto para a abertura das propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com as especificações e as condições estabelecidas no Edital.

7.2. A análise de preços superiores aos previstos no Termo de Referência - Anexo I do edital será realizada após a fase de lances.

7.3. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.4. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.

8.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 100,00 (cem reais).

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9. DO BENEFÍCIO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor máximo para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

9.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

9.1.4. A empresa convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

9.2. Não ocorrendo adjudicação, nos termos previstos no subitem 9.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da **licitante** detentora da proposta originalmente melhor classificada, se houver compatibilidade de preço com o valor de referência e a **licitante** for considerada habilitada.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente a **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL, DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. A **licitante** classificada provisoriamente em primeiro lugar, no prazo de 2h (duas) horas, se outro não for fixado, contados da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**, prorrogável por igual período, deverá encaminhar a sua proposta, em PDF, ajustada ao último lance, **conforme modelo - Anexo II do Edital**, devidamente preenchida de acordo com as especificações do Termo de Referência.

11.2. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

11.2.1. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TJRR, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.2.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.3. Deverá constar na proposta:

a) a individualização da **licitante**, com razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*), dados bancários (nome do banco, números da conta corrente e da agência) e assinatura do representante legal da **licitante**;

b) a descrição clara do objeto cotado e demais especificações, conforme o Termo de Referência - Anexo I do edital;

c) indicação única de preço em reais, com exibição dos valores unitário e total com duas casas decimais em algarismos; e

d) sempre quando for possível, índices, folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da **licitante**, a fim de garantir a integridade da documentação e da proposta.

11.4. Havendo indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, o pregoeiro solicitará a arrematante a comprovação da exequibilidade.

11.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.4.2. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **subitem 11.4.1**, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.5. Não será aceita e será desclassificada a proposta:

a) que não comprovar a sua exequibilidade, quando solicitada pelo pregoeiro;

b) que apresentar valores unitários ou global superiores aos preços indicados pelo TJRR;

c) que não for redigida (digitada ou datilografada) no idioma nacional, estiver ilegível, contenha rasuras, ou outros defeitos capazes de dificultar o julgamento;

d) com ilegalidades, ou vícios, omissões e irregularidades insanáveis;

e) que não forem corrigidas as irregularidades ou falhas sanáveis apontadas pelo pregoeiro;

f) que estiver em desacordo com as condições e especificações do objeto previstas neste edital;

11.6. O critério adotado para julgamento da proposta será o de menor valor global para o grupo.

11.7. Todas as especificações do objeto, o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora vinculam o **fornecedor registrado**.

11.8. Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** deixar de enviar a documentação exigida, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada no subitem 12.2 deste edital, de acordo com os [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 03h (três horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.1.2. As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.2. As **licitantes** deverão complementar os documentos de habilitação referidos no subitem anterior, relativos à:

12.2.1. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante** ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;

b) Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

12.2.2. Qualificação Técnica

a) Não se exigirá que a licitante apresente documento que comprove qualificação técnica.

12.3. A **licitante** obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

12.4. A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.4. O pregoeiro verificará eventual enquadramento nas vedações elencadas no item 3 – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

d) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

12.5. As consultas previstas no subitem anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.6. O enquadramento da **licitante** em qualquer das hipóteses do subitem 3.2 acarretará, como consequência, a inabilitação da **licitante**.

12.7. A **licitante** deverá comprovar que sua atividade empresarial se relaciona ao objeto desta licitação mediante apresentação de seu ato constitutivo, ou outro documento hábil, além de informar o nome e CPF de seu administrador e/ou sócio majoritário, salvo se tal informação já constar no SICAF.

12.8. Quanto a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, serão observado os seguintes procedimentos:

12.8.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato. No entanto, o licitante ME ou EPP, por ocasião da participação neste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.8.2. Homologado o certame e havendo alguma restrição à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, a licitante será intimada para, no prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, regularizar sua situação fiscal e/ou trabalhista, na forma prevista no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

12.8.3. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das **infrações e sanções administrativas** previstas no item 16 deste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata e/ou Contrato ou revogar a licitação.

12.09. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.10. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.11. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

12.11.1. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.12. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.13. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.14. Os documentos que não apresentarem data de validade serão considerados válidos para este certame pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

12.15. Será inabilitada a **licitante** que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.16. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.17. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

13. DA VISTORIA

13.1. Será facultado às licitantes a realização de vistoria conforme subitem 4.11. do Termo de Referência de n.º 34/2023 (Anexo I deste edital)

14. DO RECURSO

14.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata, sob pena de preclusão, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.1.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Autoridade Superior a adjudicar o objeto à **licitante** vencedora.

14.1.2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

14.1.3. A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.1.4. Não serão acolhidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

14.1.5. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.2. Caberá as **licitantes**, encerrada a etapa de lances, a consulta regular ao sistema "*compras.gov.br*" a fim de verificar se foi declarada a vencedora e se está aberta a opção para a interposição de recurso.

14.3. Caso admitido, o recurso será decidido pelo Secretário-Geral.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. A adjudicação e homologação deste **Pregão** compete ao Secretário-Geral do Tribunal de Justiça de Roraima.

15.2. O objeto deste **Pregão** será adjudicado à **licitante** vencedora critério menor preço global.

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou/ a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

16.1.5. fraudar a licitação.

16.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

16.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

16.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. advertência;

16.2.2. multa;

16.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou/ a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

16.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.16. A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e

a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na [Lei n.º 14.133/2021](#), e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

16.17. As penalidades serão registradas no SICAF e inseridas no *site* do Tribunal de Justiça.

17. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.1. homologado o resultado deste **Pregão**, o adjudicatário será convocado para assinatura do contrato, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.1.1. No mesmo prazo da assinatura do contrato o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital.

17.2. Poderá ser acrescentada ao ajuste qualquer vantagem apresentada pelo fornecedor registrado em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

17.3. Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

17.4. Quando a **licitante** convocada não retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante** para retirar a nota de empenho, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação

17.5. As condições de pagamento e outras obrigações estão previstas no Termo de Referência - Anexo I do edital.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Excepcionalmente, a licitante poderá encaminhar a documentação complementar solicitada pelo pregoeiro através do e-mail: salc@tjrr.jus.br, desde que reste comprovada a inviabilidade de envio por meio do sistema.

18.2. Os documentos remetidos por meio do sistema compras.gov.br poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.

18.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso seja solicitadas, deverão ser encaminhadas a Subsecretaria de Compras, localizada no Prédio Administrativo do TJ/RR, situada na Av. Ene Garcez, n.º 1696, 3º Piso, Sala 335, Bairro de São Francisco, na Cidade de Boa Vista - RR - CEP 69.305.135.

18.3. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida neste edital ou solicitada pelo **Pregoeiro**, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.

18.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

18.5. O acompanhamento e a fiscalização serão exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.

18.6. É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase deste procedimento licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.8. Este edital estará à disposição dos interessados, pela Internet, nos endereços <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e www.tjrr.jus.br (menu "licitações"), será publicado na forma da lei, e deverá ser lido e interpretado na íntegra, não sendo aceitas alegações de desconhecimento após a entrega da proposta.

18.9. O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/21.

18.10. Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documentos, em substituição aos documentos exigidos pelo presente edital e seus anexos.

18.11. A **licitante**, caso seja vencedora, manterá preposto, aceito pelo TJRR, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado, no ato da assinatura do contrato, mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, endereço de *e-mail* e número de telefone válidos para o recebimento de informações e notificações, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

18.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.13. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.14. São partes integrantes deste edital independente de transcrição: o Termo de Referência (Anexo I), Modelo de apresentação de proposta de preços detalhada após o encerramento dos lances (Anexo II), Modelo de Declaração Antinepotismo (Anexo III) e Minuta do Contrato (Anexo IV).

18.15. Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral.

Manoel Martins da Silva Neto
Subsecretário de Aquisições, Licitações, e Credenciamentos

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA n.º 34/2023 – EVENTO SEI nº (1673134).

CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

1. INTRODUÇÃO

1.1. Toda a ação da Administração Pública é manejada com fundamento nos princípios da supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público, o quais formam o regime jurídico administrativo constante no ordenamento jurídico nacional. Além disso, de forma expressa, o constituinte elencou no art. 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de sorte que os agentes públicos possuem o dever de observar em todas as suas ações tais princípios como direcional necessário tanto para a organização de ações administrativa, quanto para o possível, impactos que essas ações culminarão.

1.2. A Constituição Federal trouxe como regra o dever de licitar para as contratações de empresas especializadas em obras, serviços, compras e alienações, por isso quando surge a necessidade de bens e serviços a Administração pública deve percorrer todo o rito do processo licitatório para obtenção de meios venham suprir a sua necessidade, sem que se perca de vista o alcance do interesse público com fundamento máximo da atividade de gestão da coisa pública.

1.3. O presente instrumento é o documento necessário para a contratação de bens e serviços, e contempla: a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação; b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas; c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto; d) requisitos da contratação; e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento; f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade; g) critérios de medição e de pagamento; h) forma e critérios de seleção do fornecedor; i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado.

2. OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de Seguro total para veículos pertencentes a frota oficial do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, constantes do Anexo I, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas.

2.2. Entende-se que o serviço de seguro de veículos representa uma necessidade permanente da Administração, não passível de divisão ou segmentação lógica ou razoável, devendo ser prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, cuja continuidade deve se estender por mais de um exercício financeiro, caracterizando-se, assim, como serviço de prestação contínua.

2.3. A contratação instruída nesse feito, é para aquisição de serviços comuns, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3. FINALIDADE/JUSTIFICATIVA

3.1. O art. 15 da Resolução 34/2019 TJRR, estabelece que, a critério da Administração, os veículos desta Corte serão objeto da contratação de seguro total de danos materiais e pessoais (RCF – Responsabilidade Civil Facultativa e APP – Acidente Por Passageiro) resultantes de sinistro de roubo ou furto, colisão e incêndio e assistência 24 horas.

3.2. Com a execução dos serviços em tela espera-se os seguintes resultados:

- a) cobertura dos riscos derivados da circulação do veículo segurado;
- b) cobertura das despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE;
- c) cobertura das indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro,

em todo território nacional, tais como: *Roubo ou furto, bem como danos causados por tentativa de roubos ou furtos, incluindo os vidros; Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento; Raios e suas consequências; Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros; Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo; Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado, dentre outros.*

3.3. Correspondência com o Planejamento Estratégico ou normativo interno: A contratação em tela busca instrumentar a atividade fim do Tribunal de Justiça para garantir a prestação jurisdicional de qualidade. Além disso, está alinhada com o Plano Estratégico (2021-2026) desta Corte, especificamente com o Objetivo Estratégico "Otimizar os recursos destinados às ações e projetos ao alcançar 80% de grau de cumprimento dos Planos de Aquisições e Contratações até 2026" e o art. 15 da Resolução 34/2019 do TJRR.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes deste instrumento, mediante execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, com adjudicação global.

4.2. Estima-se a execução do serviço para 56 (cinquenta e seis) veículos pertencentes à frota do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, conforme Anexo I, deste Termo de Referência.

4.3 Valor de Mercado Referenciado:

4.3.1. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br.

4.3.2. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

4.3.3. Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias a contar data de seu recebimento pelo TJRR, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

4.4 Da Apólice:

4.4.1. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para o CONTRATANTE.

4.4.2. Deverá constar na apólice referida:

- a) identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- b) indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
- c) indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. Tal fator, neste caso, deve ser igual a 100% (cem por cento).
- d) prêmios discriminados por cobertura.

4.4.3. Além dos requisitos dispostos no item anterior, a Apólice deverá conter limites de indenização por cobertura, conforme valores abaixo:

a) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):

- I. Valor para indenização de danos materiais: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- II. Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

b) Acidente por Passageiro (APP):

- I. Valor para indenização morte por pessoa: 30.000,00 (trinta mil reais);
- II. Valor para indenização invalidez por pessoa: 30.000,00 (trinta mil reais).

4.4.4. Para a franquia aplicável será observado o disposto no item 4.8 deste Termo de Referência.

4.4.5. A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, através de meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

4.4.6. Após a disponibilização da referida apólice, o CONTRATANTE terá o prazo de 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

4.4.7. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a CONTRATADA disporá de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pelo Fiscal.

4.4.8. A inclusão e/ou correções de que trata o item anterior poderá também, a qualquer tempo, ser solicitada pelo Fiscal.

4.4.9. O fato da CONTRATADA deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

4.5. Da Avaria:

4.5.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, esta não será

impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

4.5.2. Após procedimento de recuperação de avarias, pelo TJRR durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da "Cláusula de Avaria".

4.5.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

4.5.4. Caso a CONTRATADA deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item 4.11. deste Documento, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com o objeto deste seguro.

4.6. Do Aviso de Sinistro:

4.6.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição do CONTRATANTE, 24 horas por dia durante os 7 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

4.6.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

4.6.3. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá no máximo 10 (dez) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

4.6.4. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

4.7. Do Endosso:

4.7.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo CONTRATANTE e processadas pela CONTRATADA, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes dos itens 4.16 e 4.17 deste Documento.

4.7.2. Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, que apresentarem durante o período da vigência da apólice.

4.7.3. A emissão de endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso efetuado pelo Fiscal.

4.8. Da Franquia:

4.8.1. A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

a) a franquia não poderá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

b) os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, **não devendo exceder o limite máximo de cada veículo exposto no anexo I deste instrumento**, devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes do Anexo I, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores;

c) os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o **limite máximo de R\$ 350,00** (trezentos e cinquenta reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item alínea "b";

d) a franquia de que trata o item anterior será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna;

e) em havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços;

f) em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo TJRR, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à CONTRATADA emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse; e

g) não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

4.9. Salvados:

4.9.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

4.9.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome do CONTRATANTE junto aos órgãos pertinentes.

4.10. Dos Sinistros:

4.10.1. Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL".

4.10.2. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo território nacional, conforme segue:

- a. Roubo ou furto, bem como danos causados por tentativa de roubos ou furtos, incluindo os vidros.
- b. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.
- c. Raios e suas consequências.
- d. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
- e. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.
- f. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.
- g. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo. Nestes casos, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquía. A utilização deste serviço não implica em perda de bônus para o segurado.
- h. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.
- i. Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto no item 4.8. "c" e "d".
- j. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).
- k. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.
- l. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
 - I) chaveiro;
 - II) reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada;
 - III) transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
 - IV) transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

4.11. Da Vistoria Prévia:

- 4.11.1. As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados deverão marcar previamente data e horário para realização da referida vistoria, a qual poderá ser realizada em dias úteis, no horário das 09 às 17 horas.
- 4.11.2. A vistoria dos veículos poderá ser marcada por intermédio do telefone (0xx95) 3198-2897.
- 4.11.3. Em acontecendo a marcação de que trata o item anterior, o prazo para a referida marcação deverá ser de, no mínimo, 24hs antes da vistoria.
- 4.11.4. A não realização de vistoria implica o aceite das condições em que se encontram os referidos veículos.
- 4.11.5. O fato da seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinente e esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

4.12. Regulação de Sinistro:

- 4.12.1. Ocorrendo sinistro, a CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- 4.12.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, o TJRR poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.
- 4.12.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do TJRR.
- 4.12.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- 4.12.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do TJRR, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.
- 4.12.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.
- 4.12.7. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no subitem anterior, a CONTRATADA ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

4.13. Da Indenização:

4.13.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da CONTRATADA.

4.13.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela CONTRATADA ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

4.13.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo TJRR e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

4.14. Da Indenização Integral:

4.14.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.

4.14.2. Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

4.14.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

4.15. Do Questionário de Avaliação de Risco:

4.15.1. Os veículos são conduzidos por servidores ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias.

4.15.2. No TJRR, os veículos permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

4.15.3. A previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota do Tribunal, durante o período da vigência do seguro é de 20.000 km/ano por veículo.

4.15.4. Diante das informações fornecidas nos itens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

4.16. Da Inclusão e Substituição:

4.16.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

4.16.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

4.16.3. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRJ, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, ao Fiscal.

4.16.4. Caberá ao Fiscal, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a empresa contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

4.17. Da Exclusão:

4.17.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido ao TJRR, mediante a fórmula:

$$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT \text{ onde:}$$

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

4.17.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Fiscal à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

4.17.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

4.17.4. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRJ, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, ao Fiscal.

4.17.5. A frota de veículos a ser coberta pela contratação em tela consta do Anexo I deste Documento.

4.18. Normas regulamentadoras do serviço:

4.18.1. O serviço deverá estar de acordo com o que dispõe o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Presidência da República, o qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

5. PRAZOS

5.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Considerando que o objeto a ser contratado consiste em serviço de natureza continuada, uma vez que sua interrupção pode comprometer as atividades finalísticas do Tribunal de Justiça, o contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo se estender por mais de um exercício financeiro, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei [14.133/2021](#), observando, ainda, o disposto no art. 2º, inciso II, da Resolução TP nº 15/2013 c/c o art. 1º, inciso XVIII da Portaria nº 1320 de 16/07/2015.

5.3. A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, através de meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

6. ORÇAMENTO ESTIMADO

6.1. Com base na cotação de preços constante no Procedimento Virtual SEI nº 0023580-36.2022.8.23.8000, estima-se que o valor global da contratação em tela será de **R\$ 192.892,28 (Cento e noventa e dois mil, oitocentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos)**, conforme planilha de orçamento estimado constante do anexo I.

6.2. As licitantes deverão, em suas propostas, detalhar o valor ofertado para cada veículo conforme tabela constante do Anexo II – Planilha de Formação de Custos.

6.3. Objeto será custeado através do Programa de Trabalho 12.101.02.061.0003.2454 - Manutenção das Atividades de Apoio, elemento de despesa 3.3.90.39 U.O. TJRR, rubrica item 3.3.90.84.00.00.00 - Seguros de Bens Móveis e Imóveis.

6.4. O preço deverá abranger todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.

7. OBRIGAÇÕES

7.1. São obrigações da CONTRATADA, durante toda a execução contratual:

- a. manter preposto aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato, devendo estar apto a esclarecer todas as questões relacionadas à apólice, responder por todos os serviços executados e em execução e;
- b. executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto, em rígida observância a este Termo de Referência;
- c. manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e cumprindo todas as condições exigidas para habilitação;
- d. cumprir obrigatoriamente os prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento;
- e. prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- f. conhecer minuciosamente o Termo de Referência em todas as suas partes;
- g. observar os ditames da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que couber.

7.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a. a veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. subcontratação do objeto; e
- c. nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

7.3. Durante a execução do objeto, o CONTRATANTE deverá proceder conforme os casos abaixo:

- a. prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- b. efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas neste instrumento;
- c. comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas na execução do objeto;
- d. nomear um ou mais servidores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado; e
- e. rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com a especificação constante deste instrumento. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da CONTRATADA.

7.4. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:

7.4.1 Após a homologação do certame, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 03 (três) dias úteis, solicitação de credenciamento de usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, instituído pela Resolução TJRR nº 029/2016 e regulamentado Portaria TJRR nº 1650/2016.

7.4.1.1. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio www.tjrr.jus.br.

7.4.1.2. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual e/ou no edital.

7.4.1.3. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

7.4.2. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no subitem 7.4.3.

7.4.3. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 10 (dez) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

7.4.4. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.

7.4.5. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.

7.4.6. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.

7.4.6.1. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas e outras questões referentes ao objeto.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Rotinas de Fiscalização Contratual

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

8.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.8. O Tribunal de Justiça de Roraima poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que

devam ser cumpridas de imediato.

8.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Dos Critérios de Aferição e Medição para Faturamento

8.12. Concluída a entrega do objeto, a fiscalização do contrato terá a oportunidade de aferir a aderência do objeto entregue ante ao que foi especificado neste Termo de Referência e comprometido mediante proposta.

8.13. Feita a aferição do objeto, a fiscalização poderá receber provisoriamente o objeto.

Do Recebimento

8.14. O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da aferição do serviço, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.15. O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da emissão do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, momento em que a contratada poderá emitir a fatura, acompanhada da certidão SICAF, ou das certidões que substituam o SICAF.

9.DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O critério de julgamento será o de menor preço global .

9.2. A Secretaria-Geral decidirá os casos omissos.

ANEXO I

PLANILHA DE ORÇAMENTO ESTIMADO

ITEM	VEÍCULO	PLACA	RENAVAM	CHASSI	ANO/MODELO	FRANQUIA (LIMITE MÁXIMO - R\$)	VALOR DO PRÊMIO (R\$)
1	Ônibus	NAL6801	132674050	9BYC51A1A8C000360	2008/2008	R\$ 6.059,55	R\$ 5.526,96
2	Furgão	LCT8A61	718431324	8AC690331WA528748	1998/1998	R\$ 3.567,33	R\$ 1.647,86
3	Voyage	NAQ6G21	1223411483	9BWDB45U7LT104413	2019/2020	R\$ 2.578,44	R\$ 2.761,74
4	Voyage	NAQ6G01	1223400139	9BWDB45UXLT104583	2019/2020	R\$ 2.578,44	R\$ 2.761,74
5	Van	NAY3H51	1039394040	93W245H34F2145719	2014/2015	R\$ 6.974,10	R\$ 3.699,48
6	Azera	NAM4111	275374874	KMHFC41DBBA539025	2010/2011	R\$ 6.960,87	R\$ 1.791,78
7	Azera	NAM4121	275381242	KMHFC41DBBA538862	2010/2011	R\$ 6.960,87	R\$ 1.791,78
8	Azera	NAM4131	275388484	KMHFC41DBBA525641	2010/2011	R\$ 6.960,87	R\$ 1.725,98
9	Azera	NAM4151	275393445	KMHFC41DBBA538884	2010/2011	R\$ 6.960,87	R\$ 1.791,78
10	Azera	NAM4B71	275394794	KMHFC41DBBA538861	2010/2011	R\$ 6.960,87	R\$ 1.791,78
11	Azera	NAM4181	275396150	KMHFC41DBBA538977	2010/2011	R\$ 6.960,87	R\$ 1.791,78
12	Azera	NAM4191	275404064	KMHFC41DBBA538972	2010/2011	R\$ 6.960,87	R\$ 1.791,78
13	Santa Fé	NAN1051	594377617	KMHUSU81EDEU200343	2013/2014	R\$ 5.174,90	R\$ 3.842,67
14	L 200	NAP8C51	1179529372	93XXJKL1TKCJ18541	2018/2019	R\$ 6.963,51	R\$ 4.189,20
15	L 200	NAP8261	1179529585	93XXJKL1TKCJ18533	2018/2019	R\$ 6.963,51	R\$ 5.517,36
16	L 200	NAP8271	1179529623	93XXJKL1TKCJ18866	2018/2019	R\$ 7.161,79	R\$ 5.794,98

17	L 200	NAP8C81	1179529704	93XXJKL1TKCJ18851	2018/2019	R\$ 6.963,51	R\$ 5.517,36
18	L 200	NAP8291	1179529739	93XXJKL1TKCJ18849	2018/2019	R\$ 7.773,51	R\$ 4.181,48
19	Ônibus	NAL1582	753579715	9BWY2TJB4YRY00635	2000/2000	R\$ 4.491,84	R\$ 3.522,28
20	Logan	NAY0872	994338813	93Y4SRD64EJ221358	2013/2014	R\$ 2.546,59	R\$ 1.632,89
21	Logan	NAY3982	994346123	93Y4SRD64EJ221233	2013/2014	R\$ 2.546,59	R\$ 1.532,45
22	Logan	NAY3972	994348452	93Y4SRD64EJ222082	2013/2014	R\$ 2.546,59	R\$ 1.532,45
23	Logan	NAY3962	994350201	93Y4SRD64EJ219543	2013/2014	R\$ 2.546,59	R\$ 1.532,45
24	Logan	NAY3942	994351569	93Y4SRD64EJ219575	2013/2014	R\$ 2.546,59	R\$ 1.532,45
25	Logan	NAY3J32	994352751	93Y4SRD64EJ221248	2013/2014	R\$ 2.546,59	R\$ 1.532,45
26	Logan	NAY3J22	994353715	93Y4SRD64EJ222214	2013/2014	R\$ 2.546,59	R\$ 1.632,89
27	Doblô	NAT1793	913001198	9BD11930571043107	2007/2007	R\$ 3.310,85	R\$ 1.286,62
28	L 200	NAO7853	312332343	93XHNK740BCB76254	2011/2011	R\$ 4.907,50	R\$ 2.390,60
29	L 200	NAR0D73	1113330241	93XXNKB8THCG29718	2016/2017	R\$ 5.602,07	R\$ 4.858,08
30	L 200	NAR0D93	1113333763	93XXNKB8THCG29756	2016/2017	R\$ 5.602,07	R\$ 4.858,08
31	L 200	NAR0403	1113336673	93XXNKB8THCG29711	2016/2017	R\$ 5.602,07	R\$ 4.858,08
32	L 200	NAX3F24	1003310076	93XSINKB8TFCE91237	2014/2015	R\$ 5.365,55	R\$ 4.652,52
33	L 200	NAX3534	1003311889	93XSINKB8TFCE91173	2014/2015	R\$ 5.365,55	R\$ 4.652,52
34	L 200	NAX3544	1003317143	93XSINKB8TFCE91138	2014/2015	R\$ 5.365,55	R\$ 4.787,52
35	L 200	NAX3554	1003318140	93XSINKB8TFCE91171	2014/2015	R\$ 5.365,55	R\$ 4.652,52
36	L 200	NAP4255	1117694167	93XXNKB8TJCH31004	2017/2018	R\$ 5.995,12	R\$ 5.390,88
37	L 200	NAP4265	1117696259	93XXNKB8TJCH31057	2017/2018	R\$ 5.824,24	R\$ 5.151,66
38	Micro ônibus	NAU2556	1051493690	9BYC52A1AFC001213	2015/2015	R\$ 10.381,95	R\$ 5.652,07
39	Corolla	NAZ7977	1130121361	9BRBD3HE0J0365299	2017/2018	R\$ 4.759,34	R\$ 4.876,92
40	Corolla	NAZ7987	1130121981	9BRBD3HE3J0365331	2017/2018	R\$ 4.759,34	R\$ 4.876,92
41	L 200	NAU3E17	1102753014	93XXNKB8THCG27358	2016/2017	R\$ 5.602,07	R\$ 4.858,08
42	L 200	NAU8J37	1104363051	93XXNKB8THCG29222	2016/2017	R\$ 5.602,07	R\$ 4.858,08
43	L 200	NAU8J77	1104368827	93XXNKB8THCG29216	2016/2017	R\$ 5.602,07	R\$ 4.993,08
44	L 200	NAU8J87	1104372964	93XXNKB8THCG29214	2016/2017	R\$ 5.602,07	R\$ 4.858,08
45	L 200	NAV5527	1107087594	93XXNKB8THCG29723	2016/2017	R\$ 5.602,07	R\$ 4.858,08
46	Montana	NAN1538	231908369	9BGXL80P0AC240339	2010/2010	R\$ 2.567,11	R\$ 1.654,27
47	Montana	NAN1548	231910916	9BGXL80P0AC240503	2010/2010	R\$ 2.567,11	R\$ 1.654,27
48	Montana	NAN1558	231913060	9BGXL80P0AC240341	2010/2010	R\$ 2.567,11	R\$ 1.654,27
49	Pick Up Strada	HLU0319	145707440	9BD27808M97163692	2009/2009	R\$ 2.517,68	R\$ 1.604,90
50	Pick Up Strada	NAX1389	184071232	9BD27808MA7217743	2009/2010	R\$ 2.517,68	R\$ 1.685,41

51	Caminhão Baú	NAX3C69	983475121	9BFVCE1N19BB18962	2008/2009	R\$ 7.570,51	R\$ 5.214,97
52	L 200	NAZ0729	595510817	93XJNKB8TDCD81780	2013/2013	R\$ 5.353,17	R\$ 3.686,43
53	L 200	NAZ0739	595509720	93XJNKB8TDCD82175	2013/2013	R\$ 5.353,17	R\$ 3.686,43
54	L 200	NAZ0H49	593297679	93XSNKB8TECD82553	2013/2014	R\$ 5.222,07	R\$ 4.189,20
55	L 200	NAZ0H59	593293088	93XSNKB8TECD82552	2013/2014	R\$ 5.222,07	R\$ 4.189,20
56	Ônibus	NAW7630	121189430	9BYC3061S9C000140	2008/2009	R\$ 5.804,40	R\$ 3.934,74
Valor Total Estimado do Prêmio (R\$)							192.892,28

ANEXO II

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS

ITEM	VEÍCULO	PLACA	RENAVAM	CHASSI	ANO/MODELO	FRANQUIA (LIMITE MÁXIMO - R\$)	VALOR DA FRANQUIA OFERTADA (R\$)	VALOR DO PRÊMIO (R\$)
1	Ônibus	NAL6801	132674050	9BYC51A1A8C000360	2008/2008	R\$ 6.059,55		
2	Furgão	LCT8A61	718431324	8AC690331WA528748	1998/1998	R\$ 3.567,33		
3	Voyage	NAQ6G21	1223411483	9BWDB45U7LT104413	2019/2020	R\$ 2.578,44		
4	Voyage	NAQ6G01	1223400139	9BWDB45UXLT104583	2019/2020	R\$ 2.578,44		
5	Van	NAY3H51	1039394040	93W245H34F2145719	2014/2015	R\$ 6.974,10		
6	Azera	NAM4111	275374874	KMHFC41DBBA539025	2010/2011	R\$ 6.960,87		
7	Azera	NAM4121	275381242	KMHFC41DBBA538862	2010/2011	R\$ 6.960,87		
8	Azera	NAM4131	275388484	KMHFC41DBBA525641	2010/2011	R\$ 6.960,87		
9	Azera	NAM4151	275393445	KMHFC41DBBA538884	2010/2011	R\$ 6.960,87		
10	Azera	NAM4B71	275394794	KMHFC41DBBA538861	2010/2011	R\$ 6.960,87		
11	Azera	NAM4181	275396150	KMHFC41DBBA538977	2010/2011	R\$ 6.960,87		
12	Azera	NAM4191	275404064	KMHFC41DBBA538972	2010/2011	R\$ 6.960,87		
13	Santa Fé	NAN1051	594377617	KMHSU81EDEU200343	2013/2014	R\$ 5.174,90		
14	L 200	NAP8C51	1179529372	93XXJKL1TKCJ18541	2018/2019	R\$ 6.963,51		

15	L 200	NAP8261	1179529585	93XXJKL1TKCJ18533	2018/2019	R\$ 6.963,51		
16	L 200	NAP8271	1179529623	93XXJKL1TKCJ18866	2018/2019	R\$ 7.161,79		
17	L 200	NAP8C81	1179529704	93XXJKL1TKCJ18851	2018/2019	R\$ 6.963,51		
18	L 200	NAP8291	1179529739	93XXJKL1TKCJ18849	2018/2019	R\$ 7.773,51		
19	Ônibus	NAL1582	753579715	9BWY2TJB4YRY00635	2000/2000	R\$ 4.491,84		
20	Logan	NAY0872	994338813	93Y4SRD64EJ221358	2013/2014	R\$ 2.546,59		
21	Logan	NAY3982	994346123	93Y4SRD64EJ221233	2013/2014	R\$ 2.546,59		
22	Logan	NAY3972	994348452	93Y4SRD64EJ222082	2013/2014	R\$ 2.546,59		
23	Logan	NAY3962	994350201	93Y4SRD64EJ219543	2013/2014	R\$ 2.546,59		
24	Logan	NAY3942	994351569	93Y4SRD64EJ219575	2013/2014	R\$ 2.546,59		
25	Logan	NAY3J32	994352751	93Y4SRD64EJ221248	2013/2014	R\$ 2.546,59		
26	Logan	NAY3J22	994353715	93Y4SRD64EJ222214	2013/2014	R\$ 2.546,59		
27	Doblô	NAT1793	913001198	9BD11930571043107	2007/2007	R\$ 3.310,85		
28	L 200	NAO7853	312332343	93XHNK740BCB76254	2011/2011	R\$ 4.907,50		
29	L 200	NAR0D73	1113330241	93XXNKB8THCG29718	2016/2017	R\$ 5.602,07		
30	L 200	NAR0D93	1113333763	93XXNKB8THCG29756	2016/2017	R\$ 5.602,07		
31	L 200	NAR0403	1113336673	93XXNKB8THCG29711	2016/2017	R\$ 5.602,07		
32	L 200	NAX3F24	1003310076	93XSNKB8TFCE91237	2014/2015	R\$ 5.365,55		
33	L 200	NAX3534	1003311889	93XSNKB8TFCE91173	2014/2015	R\$ 5.365,55		
34	L 200	NAX3544	1003317143	93XSNKB8TFCE91138	2014/2015	R\$ 5.365,55		
35	L 200	NAX3554	1003318140	93XSNKB8TFCE91171	2014/2015	R\$ 5.365,55		
36	L 200	NAP4255	1117694167	93XXNKB8TJCH31004	2017/2018	R\$ 5.995,12		
37	L 200	NAP4265	1117696259	93XXNKB8TJCH31057	2017/2018	R\$ 5.824,24		

38	Micro ônibus	NAU2556	1051493690	9BYC52A1AFC001213	2015/2015	R\$ 10.381,95		
39	Corolla	NAZ7977	1130121361	9BRBD3HE0J0365299	2017/2018	R\$ 4.759,34		
40	Corolla	NAZ7987	1130121981	9BRBD3HE3J0365331	2017/2018	R\$ 4.759,34		
41	L 200	NAU3E17	1102753014	93XXNKB8THCG27358	2016/2017	R\$ 5.602,07		
42	L 200	NAU8J37	1104363051	93XXNKB8THCG29222	2016/2017	R\$ 5.602,07		
43	L 200	NAU8J77	1104368827	93XXNKB8THCG29216	2016/2017	R\$ 5.602,07		
44	L 200	NAU8J87	1104372964	93XXNKB8THCG29214	2016/2017	R\$ 5.602,07		
45	L 200	NAV5527	1107087594	93XXNKB8THCG29723	2016/2017	R\$ 5.602,07		
46	Montana	NAN1538	231908369	9BGXL80P0AC240339	2010/2010	R\$ 2.567,11		
47	Montana	NAN1548	231910916	9BGXL80P0AC240503	2010/2010	R\$ 2.567,11		
48	Montana	NAN1558	231913060	9BGXL80P0AC240341	2010/2010	R\$ 2.567,11		
49	Pick Up Strada	HLU0319	145707440	9BD27808M97163692	2009/2009	R\$ 2.517,68		
50	Pick Up Strada	NAX1389	184071232	9BD27808MA7217743	2009/2010	R\$ 2.517,68		
51	Caminhão Baú	NAX3C69	983475121	9BFVCE1N19BB18962	2008/2009	R\$ 7.570,51		
52	L 200	NAZ0729	595510817	93XJNKB8TD81780	2013/2013	R\$ 5.353,17		
53	L 200	NAZ0739	595509720	93XJNKB8TD82175	2013/2013	R\$ 5.353,17		
54	L 200	NAZ0H49	593297679	93XSNKB8TECD82553	2013/2014	R\$ 5.222,07		
55	L 200	NAZ0H59	593293088	93XSNKB8TECD82552	2013/2014	R\$ 5.222,07		
56	Ônibus	NAW7630	121189430	9BYC3061S9C000140	2008/2009	R\$ 5.804,40		
Valor Total Estimado do Prêmio (R\$)								

ANEXO III A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

EDITAL DE _____ Nº XX/2023

CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital de _____ nº XX/2023, que _____ (Nome Completo), portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, devidamente credenciado(a) pela Empresa _____, CNPJ nº _____, compareceu perante a Setor de Logística e vistoriou os veículos, tomando plena ciência das características e peculiaridades existentes.

Boa Vista, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Responsável da Empresa

Atesto que o profissional acima vistoriou as áreas onde encontram-se os prédios onde ocorrerá a execução dos serviços.

Setor de Logística

ANEXO III B – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

EDITAL DE _____ Nº XX/2023

CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

Em atendimento ao previsto no Edital _____ nº XX/2023, eu, _____ (nome completo), portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal da Empresa _____, CNPJ nº _____, declaro conhecer as características e peculiaridades dos veículos, tomando plena ciência das características e peculiaridades existentes.

Boa Vista, ____ de _____ de 2023.

Fiscal
Matrícula

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA, APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 00/2023.

Data do certame: 00/00/0000, às 10h00min.

Procedimento Administrativo n.º 0023580-36-2023.8.23.8000

OBJETO: Contratação de Seguro total para veículos pertencentes a frota oficial do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, constantes do Anexo I, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas., conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

GRUPO ÚNICO

TEM	VEÍCULO	PLACA	RENAVAM	CHASSI	ANO/MODELO	FRANQUIA (LIMITE MÁXIMO - R\$)	VALOR DA FRANQUIA OFERTADA (R\$)	VALOR DO PRÊMIO (R\$)
1	Ônibus	NAL6801	132674050	9BYC51A1A8C000360	2008/2008	R\$ 6.059,55		
2	Furgão	LCT8A61	718431324	8AC690331WA528748	1998/1998	R\$ 3.567,33		
3	Voyage	NAQ6G21	1223411483	9BWDB45U7LT104413	2019/2020	R\$ 2.578,44		
4	Voyage	NAQ6G01	1223400139	9BWDB45UXLT104583	2019/2020	R\$ 2.578,44		
5	Van	NAY3H51	1039394040	93W245H34F2145719	2014/2015	R\$ 6.974,10		
6	Azera	NAM4111	275374874	KMHFC41DBBA539025	2010/2011	R\$ 6.960,87		
7	Azera	NAM4121	275381242	KMHFC41DBBA538862	2010/2011	R\$ 6.960,87		
8	Azera	NAM4131	275388484	KMHFC41DBBA525641	2010/2011	R\$ 6.960,87		
9	Azera	NAM4151	275393445	KMHFC41DBBA538884	2010/2011	R\$ 6.960,87		
10	Azera	NAM4B71	275394794	KMHFC41DBBA538861	2010/2011	R\$ 6.960,87		
11	Azera	NAM4181	275396150	KMHFC41DBBA538977	2010/2011	R\$ 6.960,87		
12	Azera	NAM4191	275404064	KMHFC41DBBA538972	2010/2011	R\$ 6.960,87		
13	Santa Fé	NAN1051	594377617	KMHUS81EDEU200343	2013/2014	R\$ 5.174,90		
14	L 200	NAP8C51	1179529372	93XXJKL1TKCJ18541	2018/2019	R\$ 6.963,51		
15	L 200	NAP8261	1179529585	93XXJKL1TKCJ18533	2018/2019	R\$ 6.963,51		
16	L 200	NAP8271	1179529623	93XXJKL1TKCJ18866	2018/2019	R\$ 7.161,79		
17	L 200	NAP8C81	1179529704	93XXJKL1TKCJ18851	2018/2019	R\$ 6.963,51		
18	L 200	NAP8291	1179529739	93XXJKL1TKCJ18849	2018/2019	R\$ 7.773,51		
19	Ônibus	NAL1582	753579715	9BWY2TJB4YRY00635	2000/2000	R\$ 4.491,84		
20	Logan	NAY0872	994338813	93Y4SRD64EJ221358	2013/2014	R\$ 2.546,59		
21	Logan	NAY3982	994346123	93Y4SRD64EJ221233	2013/2014	R\$ 2.546,59		

22	Logan	NAY3972	994348452	93Y4SRD64EJ222082	2013/2014	R\$ 2.546,59		
23	Logan	NAY3962	994350201	93Y4SRD64EJ219543	2013/2014	R\$ 2.546,59		
24	Logan	NAY3942	994351569	93Y4SRD64EJ219575	2013/2014	R\$ 2.546,59		
25	Logan	NAY3J32	994352751	93Y4SRD64EJ221248	2013/2014	R\$ 2.546,59		
26	Logan	NAY3J22	994353715	93Y4SRD64EJ222214	2013/2014	R\$ 2.546,59		
27	Doblô	NAT1793	913001198	9BD11930571043107	2007/2007	R\$ 3.310,85		
28	L 200	NAO7853	312332343	93XHNK740BCB76254	2011/2011	R\$ 4.907,50		
29	L 200	NAR0D73	1113330241	93XXNKB8THCG29718	2016/2017	R\$ 5.602,07		
30	L 200	NAR0D93	1113333763	93XXNKB8THCG29756	2016/2017	R\$ 5.602,07		
31	L 200	NAR0403	1113336673	93XXNKB8THCG29711	2016/2017	R\$ 5.602,07		
32	L 200	NAX3F24	1003310076	93XSNKB8TFCE91237	2014/2015	R\$ 5.365,55		
33	L 200	NAX3534	1003311889	93XSNKB8TFCE91173	2014/2015	R\$ 5.365,55		
34	L 200	NAX3544	1003317143	93XSNKB8TFCE91138	2014/2015	R\$ 5.365,55		
35	L 200	NAX3554	1003318140	93XSNKB8TFCE91171	2014/2015	R\$ 5.365,55		
36	L 200	NAP4255	1117694167	93XXNKB8TJCH31004	2017/2018	R\$ 5.995,12		
37	L 200	NAP4265	1117696259	93XXNKB8TJCH31057	2017/2018	R\$ 5.824,24		
38	Micro ônibus	NAU2556	1051493690	9BYC52A1AFC001213	2015/2015	R\$ 10.381,95		
39	Corolla	NAZ7977	1130121361	9BRBD3HE0J0365299	2017/2018	R\$ 4.759,34		
40	Corolla	NAZ7987	1130121981	9BRBD3HE3J0365331	2017/2018	R\$ 4.759,34		
41	L 200	NAU3E17	1102753014	93XXNKB8THCG27358	2016/2017	R\$ 5.602,07		
42	L 200	NAU8J37	1104363051	93XXNKB8THCG29222	2016/2017	R\$ 5.602,07		
43	L 200	NAU8J77	1104368827	93XXNKB8THCG29216	2016/2017	R\$ 5.602,07		

44	L 200	NAU8J87	1104372964	93XXNKB8THCG29214	2016/2017	R\$ 5.602,07		
45	L 200	NAV5527	1107087594	93XXNKB8THCG29723	2016/2017	R\$ 5.602,07		
46	Montana	NAN1538	231908369	9BGXL80P0AC240339	2010/2010	R\$ 2.567,11		
47	Montana	NAN1548	231910916	9BGXL80P0AC240503	2010/2010	R\$ 2.567,11		
48	Montana	NAN1558	231913060	9BGXL80P0AC240341	2010/2010	R\$ 2.567,11		
49	Pick Up Strada	HLU0319	145707440	9BD27808M97163692	2009/2009	R\$ 2.517,68		
50	Pick Up Strada	NAX1389	184071232	9BD27808MA7217743	2009/2010	R\$ 2.517,68		
51	Caminhão Baú	NAX3C69	983475121	9BFVCE1N19BB18962	2008/2009	R\$ 7.570,51		
52	L 200	NAZ0729	595510817	93XJNKB8TDCD81780	2013/2013	R\$ 5.353,17		
53	L 200	NAZ0739	595509720	93XJNKB8TDCD82175	2013/2013	R\$ 5.353,17		
54	L 200	NAZ0H49	593297679	93XSNKB8TECD82553	2013/2014	R\$ 5.222,07		
55	L 200	NAZ0H59	593293088	93XSNKB8TECD82552	2013/2014	R\$ 5.222,07		
56	Ônibus	NAW7630	121189430	9BYC3061S9C000140	2008/2009	R\$ 5.804,40		

Valor Total Estimado do Prêmio (R\$

Razão Social:

Número do CNPJ:

Endereço Completo com CEP:

Fone/Fax/Celular:

E-mail:

Banco/Nome e nº. da Agência/Conta Corrente

Prazo de Validade da Proposta:

Local e Data:

nome e assinatura do representante legal

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 000/2023

a) Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, DECLARO não ter no quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

(EP. 1686750)

MINUTA DE CONTRATO - PR/SG/SGA/SUBCON

Contratação de seguro total para veículos pertencentes à frota oficial do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, constantes do Anexo I do presente instrumento, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e a Empresa _____.

CONTRATANTE: **Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 34.812.669/0001-08, doravante denominado Contratante, neste ato representado por seu Secretário-Geral, **Henrique de Melo Tavares**, união estável, brasileiro, portador da Carteira de Identidade 222.772 SSP/RR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 880.163.582-68.

CONTRATADO: **xxxxx**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, com sede localizada na Rua _____, Bairro _____, CEP.: _____-____, ____/____, Telefones: (____) _____, E-mail: _____, daqui por diante designada Contratada, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, SSP/_____, inscrito no CPF sob o nº _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], tendo em vista o que consta no Processo nº 0023580-36.2022.8.23.8000 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Cláusula Primeira – Objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é o seguro total para veículos pertencentes à frota oficial do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, constantes do Anexo I do presente instrumento, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência 34/2023 (xxx).

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência (____);
- 1.2.2. O Edital da Licitação (____);
- 1.2.3. A Proposta da contratada (____);
- 1.2.4. A lei [14.133/2021](#);
- 1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato, prorrogável até 10 (dez) anos, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Cláusula Terceira – Modelos de Execução e Gestão Contratuais

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência (xxx).

Cláusula Quarta - Subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Cláusula Quinta – Preço e Pagamento

5.1. Preço

5.1.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ _____** (_____).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

5.2. Forma de Pagamento

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. Prazo de Pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice

5.4. Condições de Pagamento

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Cláusula Sexta - Do Recebimento

6.1. O objeto deste contrato será recebido:

6.1.1. provisoriamente, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da aferição do fornecimento, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.2. definitivamente, após a verificação da qualidade, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, e consequente aceitação, no prazo de até 3 (três) dias do recebimento provisório.

Cláusula Sétima - Reajuste

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/06/2023 (1673134).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, ou outro índice que venha a substituir, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, adotando-se a

seguinte fórmula:

Fórmula de cálculo:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do caput desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **Contratada**, nos termos do caput desta cláusula.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cláusula Oitava - Obrigações do Contratante

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Cláusula Nona - Obrigações do Contratado

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde

que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

9.2.1. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

9.2.2. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

9.3. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:

9.3.1. Após a homologação do certame, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 03 (três) dias úteis, solicitação de credenciamento de usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, instituído pela Resolução TJRR nº 029/2016 e regulamentado Portaria TJRR nº 1650/2016.

9.3.1.1. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio www.tjrr.jus.br.

9.3.1.2. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual.

9.3.1.3. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

9.3.2. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no subitem 9.3.1.

9.3.3. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 10 (dez) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

9.3.4. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.

9.3.5. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.

9.3.6. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.

9.3.6.1. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas e outras questões referentes ao objeto.

Cláusula Décima – Garantia de Execução

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

Cláusula Décima Primeira – Infrações e Sanções Administrativas

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV. **Multa**:

As multas serão aplicadas em conformidade com o § 3º, art. 156 da Lei. nº 14.133.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

Cláusula Décima Segunda – Extinção Contratual

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Cláusula Décima Terceira – Dotação Orçamentária

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa de Trabalho nº 00.000.00.000.0000.0000 - _____, elemento de despesa 0.0.00.00 - _____, da Unidade Orçamentária _____.

13.2. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Contratante, na Lei Orçamentária Anual.

Cláusula Décima Quarta – dos Casos Omissos

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

Cláusula Décima Quinta– Alterações

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Cláusula Décima Sexta – Publicação

16.1. Este instrumento será publicado, por extrato, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

Cláusula Décima Sétima – Foro

17.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

17.2. Da aplicação das penalidades definidas na Cláusula Décima Primeira, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

17.3. O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria Geral.

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.

ANEXO I - Discriminação do objeto

ITEM	VEÍCULO	PLACA	RENAVAM	CHASSI	ANO/MODELO	FRANQUIA (LIMITE MÁXIMO - R\$)	VALOR DA FRANQUIA OFERTADA (R\$)	VALOR DO PRÊMIO (R\$)
1	Ônibus	NAL6801	132674050	9BYC51A1A8C000360	2008/2008	R\$ 6.059,55		
2	Furgão	LCT8A61	718431324	8AC690331WA528748	1998/1998	R\$ 3.567,33		
3	Voyage	NAQ6G21	1223411483	9BWDB45U7LT104413	2019/2020	R\$ 2.578,44		
4	Voyage	NAQ6G01	1223400139	9BWDB45UXLT104583	2019/2020	R\$ 2.578,44		
5	Van	NAY3H51	1039394040	93W245H34F2145719	2014/2015	R\$ 6.974,10		
6	Azera	NAM4111	275374874	KMHFC41DBBA539025	2010/2011	R\$ 6.960,87		
7	Azera	NAM4121	275381242	KMHFC41DBBA538862	2010/2011	R\$ 6.960,87		
8	Azera	NAM4131	275388484	KMHFC41DBBA525641	2010/2011	R\$ 6.960,87		
9	Azera	NAM4151	275393445	KMHFC41DBBA538884	2010/2011	R\$ 6.960,87		
10	Azera	NAM4B71	275394794	KMHFC41DBBA538861	2010/2011	R\$ 6.960,87		
11	Azera	NAM4181	275396150	KMHFC41DBBA538977	2010/2011	R\$ 6.960,87		
12	Azera	NAM4191	275404064	KMHFC41DBBA538972	2010/2011	R\$ 6.960,87		
13	Santa Fé	NAN1051	594377617	KMHSU81EDEU200343	2013/2014	R\$ 5.174,90		
14	L 200	NAP8C51	1179529372	93XXJKL1TKCJ18541	2018/2019	R\$ 6.963,51		
15	L 200	NAP8261	1179529585	93XXJKL1TKCJ18533	2018/2019	R\$ 6.963,51		
16	L 200	NAP8271	1179529623	93XXJKL1TKCJ18866	2018/2019	R\$ 7.161,79		
17	L 200	NAP8C81	1179529704	93XXJKL1TKCJ18851	2018/2019	R\$ 6.963,51		
18	L 200	NAP8291	1179529739	93XXJKL1TKCJ18849	2018/2019	R\$ 7.773,51		
19	Ônibus	NAL1582	753579715	9BWY2TJB4YRY00635	2000/2000	R\$ 4.491,84		
20	Logan	NAY0872	994338813	93Y4SRD64EJ221358	2013/2014	R\$ 2.546,59		
21	Logan	NAY3982	994346123	93Y4SRD64EJ221233	2013/2014	R\$ 2.546,59		
22	Logan	NAY3972	994348452	93Y4SRD64EJ222082	2013/2014	R\$ 2.546,59		

23	Logan	NAY3962	994350201	93Y4SRD64EJ219543	2013/2014	R\$ 2.546,59		
24	Logan	NAY3942	994351569	93Y4SRD64EJ219575	2013/2014	R\$ 2.546,59		
25	Logan	NAY3J32	994352751	93Y4SRD64EJ221248	2013/2014	R\$ 2.546,59		
26	Logan	NAY3J22	994353715	93Y4SRD64EJ222214	2013/2014	R\$ 2.546,59		
27	Doblô	NAT1793	913001198	9BD11930571043107	2007/2007	R\$ 3.310,85		
28	L 200	NAO7853	312332343	93XHNK740BCB76254	2011/2011	R\$ 4.907,50		
29	L 200	NAR0D73	1113330241	93XXNKB8THCG29718	2016/2017	R\$ 5.602,07		
30	L 200	NAR0D93	1113333763	93XXNKB8THCG29756	2016/2017	R\$ 5.602,07		
31	L 200	NAR0403	1113336673	93XXNKB8THCG29711	2016/2017	R\$ 5.602,07		
32	L 200	NAX3F24	1003310076	93XSNKB8TFCE91237	2014/2015	R\$ 5.365,55		
33	L 200	NAX3534	1003311889	93XSNKB8TFCE91173	2014/2015	R\$ 5.365,55		
34	L 200	NAX3544	1003317143	93XSNKB8TFCE91138	2014/2015	R\$ 5.365,55		
35	L 200	NAX3554	1003318140	93XSNKB8TFCE91171	2014/2015	R\$ 5.365,55		
36	L 200	NAP4255	1117694167	93XXNKB8TJCH31004	2017/2018	R\$ 5.995,12		
37	L 200	NAP4265	1117696259	93XXNKB8TJCH31057	2017/2018	R\$ 5.824,24		
38	Micro ônibus	NAU2556	1051493690	9BYC52A1AFC001213	2015/2015	R\$ 10.381,95		
39	Corolla	NAZ7977	1130121361	9BRBD3HE0J0365299	2017/2018	R\$ 4.759,34		
40	Corolla	NAZ7987	1130121981	9BRBD3HE3J0365331	2017/2018	R\$ 4.759,34		
41	L 200	NAU3E17	1102753014	93XXNKB8THCG27358	2016/2017	R\$ 5.602,07		
42	L 200	NAU8J37	1104363051	93XXNKB8THCG29222	2016/2017	R\$ 5.602,07		
43	L 200	NAU8J77	1104368827	93XXNKB8THCG29216	2016/2017	R\$ 5.602,07		
44	L 200	NAU8J87	1104372964	93XXNKB8THCG29214	2016/2017	R\$ 5.602,07		
45	L 200	NAV5527	1107087594	93XXNKB8THCG29723	2016/2017	R\$ 5.602,07		

46	Montana	NAN1538	231908369	9BGXL80P0AC240339	2010/2010	R\$ 2.567,11		
47	Montana	NAN1548	231910916	9BGXL80P0AC240503	2010/2010	R\$ 2.567,11		
48	Montana	NAN1558	231913060	9BGXL80P0AC240341	2010/2010	R\$ 2.567,11		
49	Pick Up Strada	HLU0319	145707440	9BD27808M97163692	2009/2009	R\$ 2.517,68		
50	Pick Up Strada	NAX1389	184071232	9BD27808MA7217743	2009/2010	R\$ 2.517,68		
51	Caminhão Baú	NAX3C69	983475121	9BFVCE1N19BB18962	2008/2009	R\$ 7.570,51		
52	L 200	NAZ0729	595510817	93XJNKB8TDCD81780	2013/2013	R\$ 5.353,17		
53	L 200	NAZ0739	595509720	93XJNKB8TDCD82175	2013/2013	R\$ 5.353,17		
54	L 200	NAZ0H49	593297679	93XSNKB8TECD82553	2013/2014	R\$ 5.222,07		
55	L 200	NAZ0H59	593293088	93XSNKB8TECD82552	2013/2014	R\$ 5.222,07		
56	Ônibus	NAW7630	121189430	9BYC3061S9C000140	2008/2009	R\$ 5.804,40		
Valor Total Estimado do Prêmio (R\$)								

ANEXO II

Modelo de Declaração de Preposto

Eu, (Incluir nome do representante), representante legal da empresa, declaro, para os devidos fins, que referida empresa se compromete a manter preposto, durante o prazo de vigência do Contrato nº ____/____.

Nome do Preposto:

CPF:

RG:

Qualificação Profissional:

Endereço:

Telefone/WhatsApp:

E-mail:



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL MARTINS DA SILVA NETO, Subsecretário(a)**, em 12/07/2023, às 11:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **1705204** e o código CRC **EF3218B0**.